

## Apresentação

### Os direitos humanos e as políticas públicas no contexto de desregulamentação dos direitos e da ressignificação da cidadania

Vannessa Alves Carneiro – Doutoranda em Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas pela Universidade de Coimbra

Wellington Almeida – Professor da UnB e Pesquisador do CEAG

Este segundo número temático da RP3, apresenta artigos com olhares diversos sobre políticas públicas na perspectiva dos direitos humanos, especialmente no Brasil. Seguindo as diretrizes desta chamada especial da Revista, foram selecionados tanto textos com estudos de casos de implementação de políticas setoriais quanto ensaios teóricos de reflexão mais ampla ou cobrindo uma área específica. Todos, porém, convergem na busca da investigação comprometida com as políticas públicas enquanto projeto de ampliação da cidadania, afirmação de valores éticos e disseminação da cultura democrática. São abordagens que iluminam – a partir de seu objeto específico – caminhos de compreensão, de construção e de resistências. Retratam, com pesquisa e reflexão crítica, os dilemas contemporâneos em torno dos direitos econômicos, sociais, culturais, ambientais; civis e políticos; protetivos dos grupos sociais vulnerabilizados; emergentes e contra-hegemônicos.

A agenda pública dos direitos humanos expressa-se de maneira contraditória no plano global e nacional. Por um lado, há um claro recrudescimento das pautas conservadoras em diversos países, com destaque para a reorganização de correntes de extrema direita na Europa, que estruturam seus programas baseados na reativação de valores ligados ao nacionalismo, à xenofobia e à repulsa aos imigrantes. Eleitoralmente, essas correntes capturam os sentimentos fragilizados de certos segmentos das sociedades nacionais – incluindo áreas geográficas historicamente influenciadas pelo movimento sindical de esquerda –, que estão perdendo empregos e direitos sociais no contexto de radicalização da globalização, hegemônica pelas grandes corporações capitalistas. A eleição do Donald Trump, nos Estados Unidos, o Brexit, na Inglaterra, e a votação da Marine Le Pen, na França, entre profusos fatos recentes, retratam alguns desses movimentos e suas tendências.

Nesse sentido, balizados pela tentativa de uma reflexão crítica dessa realidade, encontramos aqui alguns elementos e pistas sobre os desafios postos para as políticas públicas pensadas enquanto ampliação de direitos e, de forma paralela, o questionamento da atual concepção do que venha a ser essa cidadania. São dados de realidade que impõem um repensar sobre a construção de sociedades mais pacificadas e voltadas para a lógica da dignidade humana. Apesar de seu caráter local – e eminentemente ocidental –, posteriormente globalizado, o discurso dos direitos humanos encontrou eco para a efetivação dos direitos concretos em processos específicos a partir das lutas sociais perpetradas em cada comunidade nacional. Erigiram-se, dessa forma, sempre em torno de tensões e de disputas no sentido de um estabelecimento “categórico”, à posteriori, edificado em torno de regras de sociabilidade e de convivência internacional – compromisso afiançados desde os marcos do Estado-Nação, no final do século XIX e ao longo do século XX.

Entretanto, no fim do século passado e nos primeiros anos deste século, amplia-se o questionamento teórico sobre a validade dos paradigmas explicativos dessa lógica de “pactos” e de “solidariedade” entre as distintas comunidades e nações. A crise do Estado-Nação mostrou-se mais evidente e a cada momento mais profunda. O longo processo de globalização/mundialização da economia capitalista radicalizou-se com a ampliação descomunal do peso adquirido por sua vertente financeira. Elementos da comunicação e da tecnologia favoreceram esse movimento, que reestruturou profundamente as formas de produção e o mundo do trabalho, rompendo laços comunitários de solidariedades pactuadas.

Diante desse panorama, um rico debate mobiliza as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas para a compreensão da globalização, que segue com seus diversos impactos. Zygmunt Bauman, por exemplo, é um dos autores que nos fornecem informações preciosas para a compreensão das principais características do contínuo desmonte da lógica pública coletiva em prol dos interesses de atores sem rostos, ou sem compromissos com a sociabilidade, mesmo que precária e desigual, constituída no bojo nas revoluções políticas e sociais iniciadas desde o final do século XVIII.

Contrapondo os conceitos de modernidade sólida e modernidade líquida, Bauman descreve alguns elementos centrais desse fenômeno. A globalização, que para ele tanto divide quanto une, permite pelo menos expor com clareza a condição humana atual. Como todas as pessoas estão sendo globalizadas (não é uma escolha, mas um imperativo), existe em tese um campo para se repensar tudo novamente e talvez readquirir a capacidade de fazer perguntas e

questionar radicalmente o mundo existente. Aliás, perder a capacidade de questionar e fazer perguntas foi um temor destacado com ênfase por Hannah Arendt em seu trabalho clássico sobre a condição humana.

Os impasses e contornos do que Bauman define como modernidade líquida desafiam fortemente a afirmação da agenda democratizante neoliberal dos direitos humanos. Para ficarmos em poucos exemplos, basta nos concentrarmos na liberdade de distribuição das mercadorias escassas, desigualmente alocadas, operando como elemento estratificador e promotor de novas, e profundas, desigualdades. Prestarmos, também, atenção nos comportamentos das elites globais, que organizam as regras do jogo da vida ignorando a progressiva segregação espacial, a separação e a exclusão.

O cenário, como se vê, não é simples. Mas, por outro lado não há passividade no plano teórico nem no terreno político e social oposto. A teoria crítica procura se reinventar enfrentando a batalha das ideias. Novas abordagens interpretam essa realidade, dando ênfase a contextos antes não considerados, operando igualmente no terreno das discussões contra-hegemônicas. Se no plano político e social essa contraposição crítica é buscada em diversas esferas, no institucional os próprios sistemas procuram organizar outras alternativas, mesmo que limitadas. Nos movimentos sociais e na sociedade civil tem sido intensa a movimentação nos últimos anos, tanto nos países centrais do capitalismo quanto nas sociedades que sequer vivenciaram experiências de democracia. Movimentos como a Primavera Árabe, *Occupy Wall Street* e a mobilização de massas, além da expansão e dos diferentes feminismos ao redor do mundo, são considerados exemplos de questionamentos e de resistências.

Entretanto, sociedades acuadas pelas incertezas das mudanças, que apontam para a retirada de direitos e a desregulamentação da coisa pública, muitas vezes podem assumir posicionamentos retrógrados em suas políticas. São inúmeras as contestações relacionadas aos direitos humanos e a todas as contradições iminentes as quais esse conceito personifica. Compreender alguns dos motivos desses questionamentos, que em última instância põem em risco a própria noção de dignidade humana, torna-se fundamental e premente a cada momento que passa. Nesse sentido, nossos autores e nossas autoras, nessa edição especial da RP3, cumprem bem essa tarefa de questionar – pesquisando, avaliando e formulando alternativas – acerca de diversificados temas enredados, como política ambiental, direitos das mulheres, povos originários, população idosa, Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação crítica e relações de poder, igualdade, entre outros.